

N° 2282.

---

ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE  
ET PORTUGAL

Traité d'arbitrage. Signé à Wash-  
ington, le 1<sup>er</sup> mars 1929.

---

UNITED STATES OF AMERICA  
AND PORTUGAL

Treaty of Arbitration. Signed at  
Washington, March 1, 1929.

## TEXTE PORTUGAIS. - PORTUGUESE TEXT.

Nº 2282. — TRATADO<sup>1</sup> DE ARBITRAGEM ENTRE PORTUGAL E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, ASSINADO EM WASHINGTON, EM 1 MARÇO 1929.

*Textes officiels anglais et portugais communiqués par le délégué permanent du Portugal auprès de la Société des Nations. L'enregistrement de ce traité a eu lieu le 20 février 1930.*

*Ce traité a été transmis au Secrétariat par le « Department of State » du Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique, le 27 décembre 1929.*

O GOVÉRNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA e o GOVÉRNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA :

Resolvidos a evitar quanto dêles dependa qualquer quebra nas relações pacíficas que sempre têm subsistido entre os dois países ;

Desejosos de afirmar mais uma vez a sua adesão à política de submeter a julgamento imparcial todas as questões susceptíveis de decisões judiciais que entre elas possam surgir ;

Empenhados não só em testemunhar, pelo seu exemplo, a sua condenação da guerra como instrumento da sua política nacional nas suas mútuas relações, mas também de apressar o momento em que o aperfeiçoamento dos acordos internacionais para a solução pacífica de litígios internacionais tenha para todo o sempre eliminado a possibilidade de guerra entre as nações do mundo :

Decidiram concluir um novo tratado de arbitragem ampliando o alcance e as obrigações da convenção de arbitragem assinada em

No. 2282. — TREATY<sup>1</sup> OF ARBITRATION BETWEEN THE UNITED STATES OF AMERICA AND PORTUGAL. SIGNED AT WASHINGTON, MARCH 1st, 1929.

*English and Portuguese official texts communicated by the Permanent Delegate of Portugal accredited to the League of Nations. The registration of this Treaty took place February 20, 1930.*

*This Treaty was transmitted to the Secretariat by the Department of State of the Government of the United States of America, December 27, 1929.*

THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF PORTUGAL and THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA :

Determined to prevent so far as in their power lies any interruption in the peaceful relations that have always existed between the two nations ;

Desirous of reaffirming their adherence to the policy of submitting to impartial decision all justiciable controversies that may arise between them ; and

Eager by their example not only to demonstrate their condemnation of war as an instrument of national policy in their mutual relations, but also to hasten the time when the perfection of international arrangements for the pacific settlement of international disputes shall have eliminated forever the possibility of war among any of the Powers of the world :

Have decided to conclude a new treaty of arbitration enlarging the scope and obligations of the Arbitration Convention signed at Was-

<sup>1</sup> L'échange des ratifications a eu lieu à Washington, le 30 octobre 1929.

<sup>1</sup> The exchange of ratifications took place at Washington, October 30, 1929.

Washington em 6 de Abril de 1908<sup>1</sup>, que, segundo foi convencionado, expirou em 14 de Novembro de 1928, e autorizaram os abaixo assinados a firmar as seguintes disposições :

### *Artigo I.*

Todos os litígios de natureza internacional em que forem interessadas as Altas Partes Contratantes por motivo da vindicação de um direito baseado em tratado ou em outro fundamento, feita por uma delas contra a outra, que não tenham podido resolver-se por via diplomática, que se não tenham solucionado por recurso a Comissão Internacional Permanente instituída em execução do tratado assinado em Lisboa em 4 de Fevereiro de 1914<sup>2</sup>, e que pela sua natureza possam submeter-se a julgamento por serem susceptíveis de solução pela aplicação de princípios de direito ou de equidade, serão submetidos ao Tribunal Permanente de Arbitragem estabelecido na Haia pela Convenção de 18 de Outubro de 1907<sup>3</sup>, a outro tribunal competente, conforme para cada caso particular fôr resolvido em acôrdo especial, o qual proverá à organização do referido tribunal, se necessário fôr, definirá os seus poderes, especificará a questão ou as questões em litígio e estatuirá os termos da sua submissão ao tribunal.

O acôrdo especial será para cada caso particular feito por parte de Portugal pelo Presidente da República Portuguesa depois de aprovado por lei ou por decreto com força de lei, e por parte dos Estados Unidos da América pelo Presidente dos Estados da América por conselho e com o consentimento do Senado da Repúblíca.

### *Artigo II.*

As estipulações dêste tratado não serão invocadas em relação a litígio cuja matéria :

- a) pertença à jurisdição interna de uma das Altas Partes Contratantes ;
- b) envolva interesses de terceiras potências ;

<sup>1</sup> DE MARIENS, *Nouveau Recueil Général de Traité*s, troisième série, tomme II, page 727.

<sup>2</sup> DE MARIENS, *Nouveau Recueil Général de Traité*s, troisième série, tome IX, page 72.

<sup>3</sup> DE MARIENS, *Nouveau Recueil Général de Traité*s, troisième série, tome III, page 360.

hington on April 6, 1908<sup>1</sup>, which expired by limitation on November 14, 1928, and for that purpose they have authorized the undersigned to conclude the following Articles :

### *Article I.*

All differences relating to international matters in which the High Contracting Parties are concerned by virtue of a claim of right made by one against the other under treaty or otherwise, which it has not been possible to adjust by diplomacy, which have not been adjusted as a result of reference to the Permanent International Commission constituted pursuant to the Treaty signed at Lisbon, February 4, 1914<sup>2</sup>, and which are justiciable in their nature by reason of being susceptible of decision by the application of the principles of law or equity, shall be submitted to the Permanent Court of Arbitration established at The Hague by the Convention of October 18, 1907<sup>3</sup>, or to some other competent tribunal, as shall be decided in each case by special agreement, which special agreement shall provide for the organization of such tribunal if necessary, definite its powers, state the question or questions at issue, and settle the terms of reference.

The special agreement in each case shall be made on the part of Portugal by the President of Republic of Portugal after its enactment by law or by Decree with force of law, and on the part of the United States of America by the President of the United States of America by and with the advice and consent of the Senate thereof.

### *Article II.*

The provisions of this treaty shall not be invoked in respect of any disputes the subject matter of which :

- (a) Is within the domestic jurisdiction of either of the High Contracting Parties ;
- (b) Involves the interests of third Parties ;

<sup>1</sup> British and Foreign State Papers, Vol. 101, page 1041.

<sup>2</sup> British and Foreign State Papers, Vol. 108, page 540.

<sup>3</sup> British and Foreign State Papers, Vol. 100, page 298.

*c)* dependa da manutenção ou se prenda com a manutenção da atitude tradicional dos Estados Unidos da América com relação às questões americanas, geralmente conhecida por Doutrina de Monroe ;

*d)* dependa do cumprimento ou se prenda com o cumprimento das obrigações de Portugal em harmonia com o pacto da Sociedade das Nações.

### *Artigo III.*

O presente Tratado será ratificado pelo Presidente da República Portuguesa depois de aprovado por lei ou por decreto com força de lei, e pelo Presidente dos Estados Unidos da América por conselho e com consentimento do Senado da República.

A troca das ratificações efectuar-se ha em Washington, no mais breve prazo possível, e o Tratado entrará em vigor na data em que essa troca se realizar. O presente Tratado continuará a vigorar por um ano depois de uma das Altas Partes Contratantes ter notificado à outra por escrito a sua intenção de lhe pôr término.

Em fé do que os abaixo assinados firmaram êste Tratado em duplicado, nas línguas portuguesa e inglesa, tendo autoridade igual os dois textos, e lhe apuseram os seus selos.

Feito em Washington ao primeiro dia de Março do ano de mil novecentos e vinte e nove.

(L. S.) (*Signé*) ALTE.

(c) Depends upon or involves the maintenance of the traditional attitude of the United States concerning American questions, commonly described as the Monroe Doctrine ;

(d) Depends upon or involves the observance of the obligations of Portugal in accordance with the Covenant of the League of Nations.

### *Article III.*

The present treaty shall be ratified by the President of the Republic of Portugal after its enactment by law or by Decree with the force of law, and by the President of the United States of America by and with the advice and consent of the Senate thereof.

The ratifications shall be exchanged at Washington as soon as possible, and the treaty shall take effect on the date of the exchange of their ratifications. It shall thereafter remain in force continuously unless and until terminated by one year's written notice given by either High Contracting Party to the other.

In faith whereof the undersigned have signed this treaty in duplicate in the Portuguese and English languages, both texts having force and hereunto affixed their seals.

Done at Washington the first day of March in the year one thousand nine hundred and twenty-nine.

(L. S.) (*Signed*) Frank B. KELLOG.

<sup>1</sup> TRADUCTION. — TRANSLATION.

N<sup>o</sup> 2282. — TRAITÉ D'ARBITRAGE ENTRE LES ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE ET LE PORTUGAL. SIGNÉ A WASHINGTON, LE 1<sup>er</sup> MARS 1929.

LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU PORTUGAL et LE GOUVERNEMENT DES ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE,

Résolus à prévenir autant qu'il est en leur pouvoir toute interruption dans les relations pacifiques qui ont toujours existé entre les deux nations ;

Désireux d'affirmer à nouveau leur attachement à la politique consistant à soumettre à une décision impartiale toutes contestations susceptibles de décisions judiciaires qui pourraient s'élever entre eux ;

Soucieux par leur exemple, non seulement de prouver qu'ils condamnent la guerre en tant qu'instrument de politique nationale dans leurs relations mutuelles, mais encore de hâter le moment où la conclusion d'accords internationaux pour le règlement pacifique des conflits entre nations aura écarté pour toujours les possibilités de guerre entre des Puissances quelconques ;

Ont décidé de conclure un nouveau traité d'arbitrage étendant la portée et les obligations de la Convention d'arbitrage signée à Washington le 6 avril 1908, qui, ainsi qu'il avait été prévu, est venue à expiration le 14 novembre 1928, et ont autorisé les soussignés à convenir des dispositions suivantes :

*Article premier.*

Tous les différends portant sur des affaires internationales dans lesquelles les Hautes Parties contractantes se trouvent engagées par suite d'une prétention à un droit allégué par l'une à l'encontre de l'autre en vertu d'un traité ou autrement, qui n'auront pu être réglés par la voie diplomatique non plus que par l'application du recours à la Commission permanente internationale instituée en vertu du traité signé à Lisbonne le 4 février 1914, et qui, de par leur nature, comportent une solution juridique, c'est-à-dire sont susceptibles d'être réglés par l'application des principes du droit et de l'équité, seront soumis à la Cour permanente d'arbitrage établie à La Haye par la Convention du 18 octobre 1907, ou à tout autre tribunal compétent, ainsi qu'il en sera décidé dans chaque cas d'espèce par un compromis ; ce compromis pourvoira à l'organisation dudit tribunal, s'il est nécessaire, définira ses pouvoirs, exposera le ou les questions en litige et déterminera la question à résoudre.

Le compromis spécial sera conclu en ce qui concerne le Portugal, après avoir été sanctionné par la loi ou par un décret ayant force de loi, par le président de la République du Portugal et, en ce qui concerne les Etats-Unis d'Amérique, sur l'avis et avec le consentement du Sénat, par le président des Etats-Unis d'Amérique.

*Article II.*

Les dispositions du présent traité ne pourront pas être invoquées en ce qui concerne les différends dont l'objet :

- a) Relève de la juridiction nationale de l'une des Hautes Parties contractantes ;
- b) Touche aux intérêts de tierces Puissances ;

<sup>1</sup> Traduit par le Secrétariat de la Société des Nations, à titre d'information.

<sup>1</sup> Translated by the Secretariat of the League of Nations, for information.

c) Dépend du maintien ou touche au maintien de l'attitude traditionnelle des Etats-Unis d'Amérique, dans les affaires américaines, communément connue sous le nom de doctrine Monroe ;

d) Dépend de l'observation ou touche à l'observation des obligations du Portugal en conformité du Pacte de la Société des Nations.

*Article III.*

Le présent traité sera ratifié par le président de la République portugaise après avoir été approuvé par une loi ou par un décret ayant force de loi et par le président des Etats-Unis d'Amérique, sur l'avis et avec le consentement du Sénat de ce pays.

Les ratifications seront échangées à Washington aussitôt que faire se pourra et le traité prendra effet à la date de l'échange des ratifications. Il demeurera alors en vigueur sans limite de durée. Toutefois, il pourra être dénoncé par écrit par l'une ou l'autre des Hautes Parties contractantes et dans ce cas il cessera ses effets à l'expiration d'un délai d'un an à dater de la dénonciation.

En foi de quoi les soussignés ont signé le présent traité, établi en double expédition, en langue portugaise et en langue anglaise, les deux textes faisant également foi, et y ont apposé leurs sceaux.

Fait à Washington, le premier mars de l'année mil neuf cent vingt-neuf.

(L. S.) (*Signé*) ALTE.

(L. S.) (*Signé*) Frank B. KELLOGG.